



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS**



## ***OFICINA DE ASPECTOS POLÍTICOS E SÓCIO-CULTURAIS DA ÁGUA***

**MINUTA PARA DISCUSSÃO**

**outubro/2005**

## 1 - Introdução

O Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH - configura-se como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) para a implementação da gestão dos recursos hídricos. De acordo com as prerrogativas legais, cabe ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH aprovar o PNRH, acompanhar a sua execução e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas diretrizes, metas e programas.

A Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente-SRH/MMA, de acordo com o Decreto no 4.755, de 20 de junho de 2003, é responsável por coordenar o processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos-PNRH, bem como auxiliar o acompanhamento de sua implementação.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos deverá constar de 5 volumes:

**Volume 1:** Panorama dos Recursos Hídricos do Brasil

**Volume 2:** O Estado dos Recursos Hídricos do Brasil

**Volume 3:** Águas para o Futuro: uma visão para 2020

**Volume 4:** Diretrizes e Metas

**Volume 5:** Programas.

A metodologia para a construção do PNRH, amplamente discutida no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos-CTPNRH, instituída pela Resolução do CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999, apresenta dois pilares básicos de sustentação, quais sejam: i) o envolvimento e a participação social e ii) a elaboração de uma base técnica para dar suporte às decisões. Nesse sentido, estruturou-se uma série de atividades que perpassa pelo estabelecimento de ampla discussão, envolvendo o poder público e a sociedade, em âmbito nacional e regional, a fim de repassar informações, angariar subsídios para o PNRH e promover um amplo envolvimento social com vistas à construção de pactos em torno das águas do País.

O processo de construção do PNRH prevê a realização de um conjunto de Oficinas e Estudos que dialogam sistematicamente, com o intuito de promover maior sinergia em relação aos resultados/produtos alcançados. As temáticas dos estudos e oficinas foram debatidas e acordadas no âmbito da CTPNRH, sendo pactuada a extrema necessidade de incorporar ao debate do PNRH os *aspectos políticos e sócio-culturais relacionados à água, sob o olhar das comunidades autóctones e tradicionais*. A incorporação desses aspectos traz uma inovação ao processo de gestão das águas do País, propondo uma reflexão sobre os valores sociais e simbólicos que a água assume nas diversas culturas existentes no País.

Considera-se primordial para o estabelecimentos de diretrizes, metas e programas do PNRH voltados à temática em questão identificar como se dá a participação destas comunidades na gestão dos recursos hídricos, assim como problemas, conflitos e experiências exitosas com relação à gestão e uso da água, e suas propostas de ação para o PNRH.

## 2 - Objetivo Geral

- Levantar contribuições de representantes de comunidades autóctones e tradicionais, a serem inseridas nos volumes IV e V do PNRH, quais sejam: “Diretrizes e Metas”, e “Programas”.

### **3 - Objetivos Específicos**

- Identificar os aspectos sócio-culturais e simbólicos relevantes destas comunidades no manejo e relação com a água, notadamente nos ecossistemas de especial interesse para conservação da bio-diversidade aquática.
- Levantar os principais problemas e conflitos relacionados ao uso e à gestão da água, vividos por estas comunidades, assim como sugestões para solução a curto, médio e longo prazos.
- Levantar, a partir do olhar dos representantes destas comunidades, aspectos positivos e dificuldades de participação no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), assim como sugestões para ampliar sua inserção no Sistema.

### **4 - Atores envolvidos**

O público da Oficina (aproximadamente 80 pessoas) são especialistas, técnicos do governo e representantes de organizações de comunidades autóctones e tradicionais, tais como:

- Representantes do Governo Federal – MMA, IBAMA, FUNAI, Fundação Cultural Palmares, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), entre outros, provenientes dos Ministérios que participam da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais (CNCT);
- Especialistas ligados a ONGs e Universidades;
- Representantes de Comunidades Tradicionais que participam da CNCT – tabela 1;
- Representantes de organizações das Comunidades Autóctones e Tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, seringueiros, geraizeiros, sertanejos, caiçaras, entre outros – tabela 1.
- Membros da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH) e de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTCTEM) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

### **5 - Local e data**

A oficina terá dois dias de duração e será realizada, em Belo Horizonte - MG, entre os dias 20 e 21 de outubro de 2005.

### **6 - Metodologia de Trabalho**

Os trabalhos da Oficina serão conduzidos de duas formas distintas e interdependentes; quais sejam: apresentações e discussões em plenária, e trabalhos em grupos, assim distribuídos durante os dois dias:

#### **1º Dia – 20.10.2005**

- **Abertura (30 min)**
- **Contextualização e discussão (60 min)**
  - Apresentação das linhas gerais do SINGREH e do PNRH e seu processo de construção

- **Apresentação dos Trabalhos em grupo (40 min)**

- Apresentação dos objetivos, eixos norteadores dos trabalhos dos GTs e resultados esperados
- Definição dos eixos básicos de discussão, a partir dos objetivos e resultados esperados

- **Trabalhos em grupos (tarde)**

- Em cada GT deverá estar um moderador que ajude a manter a discussão dentro dos eixos/objetivos, contribuindo para a elaboração de uma síntese feita por um relator do grupo, que será apresentada em plenária. Um outro relator deverá anotar detalhes da discussão que sejam depois sistematizados em um documento final.

## **2º Dia – 21.10.2005**

- **Plenária (manhã e tarde)**

- Apresentação e discussão dos resultados dos grupos.
- Elaboração de documento com diretrizes e programas.

## **7. Resultados Esperados:**

Conjunto de informações que forneça subsídios para apontar diretrizes, metas e programas que ampliem a inserção das comunidades autóctones e tradicionais no SINGREH. Tais informações incluem:

- principais problemas e conflitos em torno da água;
- olhar sobre as possibilidades de solução a curto, médio e longo prazos;
- formas alternativas de apropriação, uso, valoração e destinação dos recursos hídricos pelas comunidades tradicionais, assim como impedimento de acesso;
- aspectos simbólicos da relação destas comunidades com a água;
- dificuldades e aspectos positivos da participação no Sistema, sob o olhar dos que já participam e dos que não participam;
- critérios sócio-culturais a serem considerados no estabelecimento de obras de infra-estrutura hídrica.

**Tabela 1 – Representantes de Comunidades Autóctones e Tradicionais**

<b>Grupo</b>	<b>CNCT*</b>	<b>Comitês</b>	<b>MAB</b>	<b>Outros</b>	<b>total</b>
Indígenas	COIAB/APOINME (2)	8	0	2	12
Quilombolas	CONAQ (2)		2	1	5
Quebradeiras de Coco	MIQCB/ASSEMA				1
Agroextrativistas (AM)	GTA				1
Seringueiros	CNS			1	2
Pescadores Artesanais	MONAPE		2	1	4
Sertanejos	AMAS			2	3
Comunidades de Terreiro	ACBANTU				1
Geraizeiros	Rede Cerrado		2	1	4
Comunidades Fundo de Pasto	Coord. Estadual de Fundo Pasto (BA)				1
Faxinais	Rede Faxinais/Rede Ecovida de Agroecologia				1
Pantaneiros	FORMAD/Col. Pesc. CZ-5			1	2
Caiçaras	Rede Caiçara de Cultura/União dos Moradores da Juréia			1	2
Ribeirinho		1	1	1	3
Pomeranos	AMAPPPAB/ACAES				1
Ciganos	CEDRO				1
					44

\* **Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais** – estão listadas as entidades dos representantes e dos suplentes. Os 15 representantes (ou suplentes) serão convidados para a oficina, com exceção dos Quilombolas e indígenas, pois serão convidados o representante e o suplente.